



Tel. (61) 3215-5941 e 3215-3941
E-mail: dep.jesussergio@camara.leg.br

Apresentação: 07/08/2019 18:20

RIC n.990/2019

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 1000/2019, DE 2019
(Do Sr. Jesus Sérgio)

“Solicita informações ao Sr. Ministro da Economia, acerca dos devedores ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e as medidas do governo para cobrança das dívidas”.

Senhor Presidente:

No exercício das competências, prerrogativas e responsabilidades insertas nos artigos 49, X e 50, §2º da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Economia, acerca dos devedores ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e as medidas do governo para cobrança das dívidas, devendo ser respondidas especificamente as seguintes indagações:

- a) Qual o total das dívidas de empregadores com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)?
- b) Quais os mecanismos usados pelo governo federal para a cobrança dos devedores ao FGTS?
- c) Quais são os cinquenta maiores devedores ao FGTS? Elencar por ordem decrescente com os valores devidos.
- d) O governo federal tem algum plano de mudança na legislação para execução sumária dos devedores, evitando décadas de litígio na esfera judicial ou parcelamentos infundáveis?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do deputado Jesus Sérgio

Tel. (61) 3215-5941 e 3215-3941
E-mail: dep.jesussergio@camara.leg.br

Apresentação: 07/08/2019 18:20

RIC n.990/2019

JUSTIFICAÇÃO

A possibilidade do trabalhador poder fazer saques de suas contas do FGTS, ativas e inativas prevista pela MP 889, de 2019, acendeu uma luz amarela que remete aos devedores do FGTS.

A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, responsável pela execução das dívidas, apresenta números significativos de processos de cobrança em ações judiciais que se arrastam por anos e até décadas, no moroso sistema judiciário brasileiro com suas instâncias e recursos intermináveis, quando quem deve é o grande empresário, o patrão poderoso que tem bancas de advogados para defender o indefensável.

Por outro lado, quando quem deve é o trabalhador, o contribuinte comum que não tem como se defender em processo judicial, o cobrador tem mecanismos de pressão muito mais eficazes. No caso do FGTS, o atraso das empresas no recolhimento, conta com o beneplácito do emaranhado de leis a que pode recorrer antes de fazer o pagamento. O trabalhador que tem a receber em sua conta vinculada do FGTS, em muitos casos ao necessitar do saque percebe que foi roubado por anos.

É importante que o governo federal, responsável pela fiscalização e cobrança, elabore propostas legislativas que amplie seu poder de pressão sobre o devedor, arretando bens ou outras formas administrativas de execução sumária da dívida ao FGTS, em defesa do trabalhador. É preciso encontrar mecanismos que evitem as demandas judiciais que requerem tempo, dispêndio de recursos públicos e longa espera para se alcançar o mesmo resultado se tiver uma legislação que atalhe caminhos.

Afinal, recolher 8% sobre o salário do trabalhador, como prevê a legislação que regulamenta as obrigações do empregador com o FGTS, é uma conta que não requer dificuldade pra ser feita, nem questionamentos. É contribuição direta a partir da folha de pagamentos da empresa.

Com base nessas afirmações solicito que sejam respondidos os questionamentos acima elencados e solicito ao Sr. Ministro de Estado da Economia que envie, no mais breve prazo possível, as informações solicitadas.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 2019.

Deputado JESUS SÉRGIO

